



S
E
C
R
E
T
A
R
I
A

T
É
C
N
I
C
A

COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE – CIT RESUMO DA REUNIÃO ORDINÁRIA - 17.2.2000

O Secretário de Políticas de Saúde do Ministério da Saúde Dr. Cláudio Duarte, Coordenador da Comissão Intergestores Tripartite, conduziu a 1ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT, realizada no dia a 18. 2.2000.

Pontos de Pauta:

1. **Perspectivas para o Financiamento do SUS em 2000** – foi informado que o orçamento do MS apresentado ao Congresso Nacional é inferior ao executado em 1999, por não incluir as suplementações liberadas no 2º semestre do ano para as rubricas de vacinas, medicamentos e também para o Sistema de Informações Ambulatorial-SIA e Sistema de Informações Hospitalar-SIH, cujo montante foi superior a 1 bilhão de reais. No momento o Ministério da Saúde discute com o Congresso a inserção da suplementação.
2. **Ressarcimento dos Planos de Saúde ao SUS** – sobre este tema foi explicitado que dentro do fluxo proposto, caberia ao gestor federal a identificação das AIH e o aviso às operadoras, e aos gestores estaduais e municipais em gestão plena, o processo de impugnação. Os Estados do Espírito Santo, Goiás e São Paulo já cumpriram as etapas mínimas necessárias para proceder o referido processamento, contudo, até o momento, somente o Município do Rio de Janeiro teria condições de realizar o processamento. Ficou acordado que a Agência Nacional de Saúde-ANS/MS processará as informações de ressarcimento dos planos de saúde no âmbito nacional. O gestor que não estiver em condições de executá-lo, o nível imediatamente superior o fará.
3. **Organização da Atenção Básica** – o Departamento de Atenção Básica passou a integrar a Secretaria de Políticas de Saúde, e teve suas atribuições ampliadas com o objetivo de reorientar o modelo de atenção. Serão implantados novos pólos de capacitação, além da execução de projetos pactuados com o REFORSUS o que engloba a realização de 50 cursos de especialização e 15 programas de residência voltados para o Programa de Saúde da Família - PSF. Para os



S
E
C
R
E
T
A
R
I
A

T
É
C
N
I
C
A

municípios com cobertura de pelo menos 30.000 pessoas, serão adquiridos equipamentos para laboratórios com vistas à melhoria da resolutividade.

4. **Habilitação de Municípios** – foram aprovadas as propostas de habilitação de 40 municípios à condição de Gestão Plena de Atenção Básica e 11 municípios à condição de Gestão Plena do Sistema Municipal, com efeitos financeiros a partir da competência março de 2000.

Assuntos Extra-Pauta

1. **Descentralização das Ações de Epidemiologia e Controle de Doenças – ECD** – ficou deliberado que nos próximos 6 meses contados a partir de março/2000, a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA apresentará o andamento de sua descentralização, principalmente no tocante aos recursos humanos.
2. **Apresentação do Pleito do Município de Campina Grande/PB** – o pleito apresentado foi no sentido de que estando o Município habilitado na condição de Gestão Plena do Sistema Municipal, os recursos financeiros sejam repassados fundo a fundo, segundo prevêm as normas do SUS. Atualmente o município tem sob sua gestão somente 22% do orçamento global do SUS a ele destinado. Discutida a questão, ficou acordado que o Ministério da Saúde deve ouvir as partes (município, estado e a comissão estadual de saúde) e elaborar proposta concreta envolvendo a gestão do teto e das ações e serviços de saúde, voltando o assunto para discussão na próxima reunião da CIT, em março.